

CORREIO ECONÔMICO

POR MARCELLO SIGWALT

Agência Petrobras



STJ reiterou condenação de estatal por danos ambientais

STJ mantém condenação de R\$ 36,2 mi contra Petrobras

Por causar danos ambientais causados por poluição marinha na Bacia de Campos (litoral norte do Rio de Janeiro), a Petrobras teve sua condenação ao pagamento de R\$ 36,2 milhões mantida pelo Superior Tribunal de Justiça (STJ), na última terça-feira (25). A decisão da Corte leva em conta episódios de poluição marinha, devido a operações da petroleira, entre 2012 a 2019,

que resultaram em danos ao ecossistema local, como o derramamento de 7,05 m³ de mistura oleosa e vazamento de 15,36 m³ de petróleo. Detentora de 80% da produção de petróleo do Brasil, a Bacia de Campos abrange um ecossistema marinho de alta biodiversidade, que inclui espécies ameaçadas de extinção como a baleia jubarte e a tartaruga-de-pente.

Passivo ambiental

Sobre o valor da condenação financiará ações de reparação e proteção ambientais, o procurador da República Fábio Sanches comentou que “a exploração de petróleo na região implica passivo ambiental expressivo, com riscos constantes de vazamentos e derramamentos”.

Poluidor-pagador

Ao pedir a condenação da petroleira, o Ministério Público Federal acusou a Petrobras de derramamento de substâncias no mar, descumprimento de licença ambiental e descarte irregular de esgoto, que feriram princípios da responsabilidade objetiva e do poluidor-pagador.



Cerrp

Boas condições dos reservatórios garantem isenção

Aneel: abril também terá bandeira tarifária verde

Sem cobrança extra sobre a conta de luz em abril. É o que determinou a Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), ao manter a bandeira tarifária verde aos consumidores conectados ao Sistema Interligado Nacional (SIN). Desde dezembro do ano passado, a isenção tem sido mantida pela autarquia reguladora, em de-

corrência das condições favoráveis de geração de energia, pois os reservatórios das usinas hidrelétricas estão em níveis satisfatórios. Em nota, a agência acrescenta que, “desde dezembro de 2024, a bandeira tarifária permanece verde, refletindo as condições favoráveis de geração de energia no país”.

Bandeiras

Enquanto a bandeira verde não implica ônus financeiro, a vermelha ou amarela, a conta de luz sofre acréscimos de R\$ 4,463 (patamar 1), de R\$ 7,877 (patamar 2) e R\$ 1,885, respectivamente, referente a cada 100 quilowatts-hora (kWh) consumidos.

Subsistemas

Com exceção de partes de estados da Região Norte, de Mato Grosso e de Roraima, o Sistema Interligado Nacional possui quatro subsistemas: Sudeste e Centro-Oeste, Sul, Nordeste e Norte. Hoje há 212 localidades isoladas do SIN, nas quais o consumo é baixo e representa menos de 1% da carga total do país.

Construção

O Índice de Confiança do Empresário Industrial (ICEI) da Construção subiu 0,3 ponto, atingindo 49,3 pontos em fevereiro. É o que revelou a Sondagem Indústria da Construção, divulgaram a CNI e a Câmara Brasileira da Indústria da Construção (CBIC).

Pessimismo

Como segue abaixo de 50 pontos, o indicativo indica pessimismo dos empresários do setor. Há três meses o índice está aquém dos 50 pontos. Conforme a CNI, o segmento avalia que as condições atuais das empresas e da economia são piores que há seis meses.

Carga tributária atinge o maior patamar em 15 anos

Total de impostos pagos pelo país ‘bateu’ 32,3% do PIB no ano passado

Por Marcello Sigwalt

Maior patamar em 15 anos, a carga tributária brasileira atingiu, em 2024, 32,3% do PIB, segundo dados divulgados, na última sexta-feira (28), pelo Tesouro Nacional. Com tal avanço, o indicador da voracidade fiscal do governo ‘pelo social’ de esquerda apresentou expansão de 2,06 ponto percentual (p.p.) em relação ao ano passado, ‘puxado’ pelo aumento de 1,5 p.p. da tributação federal, seguido pelos estados (0,45 p.p.) e municípios (0,12 p.p.).

A performance ostensivamente fiscalista da quarta gestão petista se insere no cenário de amplas críticas direcionadas ao mandatário petista, empenhado em elevar, a todo custo, sua capacidade de arrecadação, a despeito da população.

Também pressionaram a carga tributária – que obriga o trabalhador-contribuinte-eleitor a trabalhar três meses para custear a ineficiente máquina (de regalias) pública federal – medidas, como a taxaçaõ dos



IBPT

Contribuinte-eleitor trabalha três meses no ano pagar imposto, para alegria da Esplanada

fundos exclusivos de investimentos (que mirou os chamados “super-ricos”), mas também sobre os recursos mantidos em paraísos fiscais (offshores), as quais ampliaram, em 0,5 ponto percentual do PIB a arrecadação de impostos sobre a renda.

Outro fator que aumentou o ‘peso’ da carga foi a reoneração de tributos federais sobre

combustíveis, que subiu 0,81 ponto do PIB, em receitas com impostos sobre bens e serviços, com destaque para o PIS e Cofins.

O crescimento da economia e seu reflexo positivo sobre a venda de bens também ajudou a ampliar a arrecadação.

Somente a União é responsável por uma carga equivalen-

te a 21,43% do PIB, patamar recorde na série, mesmo que uma parcela dessas receitas é compartilhada ente estados e municípios.

No caso do governo federal, a arrecadação líquida do foi menor (16,8% do PIB), abaixo dos números entre 2010 e 2013, que ficaram iguais ou acima dos 17% do PIB.

Dívida aumenta 3,3% com desconfiança

Por Marcello Sigwalt

A crescente necessidade de financiamento do governo no mercado – tendo em vista pagar os juros exorbitantes de seus títulos, face à desconfiança geral, já consolidada, com relação à capacidade de ajuste das contas públicas pelo Planalto – demandou uma emissão mensal recorde que, associada ao baixo volume de vencimentos de títulos, provocaram a alta de

3,3% da Dívida Pública Federal (DPF), que aumentou de R\$ 7,253 trilhões para R\$ 7,492 trilhões, de janeiro para fevereiro último, respectivamente.

Desde que atingiu o patamar de R\$ 7 trilhões, em junho último, a DPF não parou de subir, embora este continue abaixo do previsto pelo Plano Anual de Financiamento (PAF) para 2025 (entre R\$ 8,1 trilhões e R\$ 8,5 trilhões).

Outro indicativo que expõe

a deterioração fiscal a Dívida Pública Mobiliária (em títulos) interna (DPMFi) cresceu 0,23%, ao passar de R\$ 6,951 trilhões para R\$ 7,178 trilhões, no mesmo comparativo mensal. Devido à expansão, o Tesouro emitiu R\$ 189,92 bilhões em títulos a mais do que resgatou, sobretudo, em papéis prefixados (com juros definidos antecipadamente) e atrelados à taxa Selic (juros básicos da economia). Também contribuiu

para a expansão desse tipo de endividamento a apropriação de R\$ 70,85 bilhões em juros.

Em fevereiro, o Tesouro Nacional emitiu R\$ 145,39 bi em títulos da DPMFi. A Dívida Pública Federal externa (DPFe) aumentou 4,15%, indo de R\$ 301,81 bilhões em janeiro para R\$ 314,34 bilhões em fevereiro, por conta de fatores como a valorização de 1,35% do dólar e a emissão de US\$ 2,5 bilhões em títulos no exterior.

Taxa de desocupação sobe para 6,8%

Wilson Dias - Agência Brasil



Novo avanço consolida expansão do desemprego no país

A taxa de desocupação para o trimestre móvel encerrado em fevereiro de 2025 subiu para 6,8%, com alta de 0,7 ponto percentual frente ao trimestre móvel anterior (encerrado em novembro de 2024), quando estava em 6,1%. Apesar da alta, o rendimento dos trabalhadores chegou ao recorde da série (R\$ 3.378), assim como o número de trabalhadores com carteira assinada (39,6 milhões).

A taxa repetiu seu valor mais baixo entre os trimestres encerrados em fevereiro (6,8%), como ocorreu em 2014. Os dados são da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (Pnad Contínua), divulgada pelo IBGE.

A taxa de desocupação ficou 1,0 ponto percentual abaixo da observada no mesmo trimestre móvel do ano passado. A população desocupada cresceu 10,4% frente ao trimestre anterior, chegando a 7,5 milhões

de pessoas. Esse contingente, no entanto, está 12,5% menor que o registrado no mesmo trimestre de 2024. Para Adriana Beringuy, coordenadora de pesquisas domiciliares do IBGE, “esta alta segue o padrão sazonal da PNAD contínua com a tendência de expansão da busca

por trabalho nos meses do primeiro trimestre de cada ano”.

A população ocupada do país recuou 1,2% frente ao trimestre anterior e chegou a 102,7 milhões de trabalhadores. Esse contingente ainda está 2,4% maior que o registrado no mesmo período do ano passado.

Nenhum grupamento de atividade cresceu, frente ao trimestre anterior, e três deles tiveram reduções no seu número de ocupados: Construção (-4,0%, ou menos 310 mil pessoas), Administração pública, defesa, seguridade social, educação, saúde humana e serviços sociais (-2,5%, ou menos 468 mil pessoas) e Serviços domésticos (-4,8%, ou menos 290 mil pessoas).

No comparativo anual do trimestre móvel, houve alta da população ocupada em 4 grupamentos: Indústria Geral (3,2%), Comércio, reparação de veículos automotores e motocicletas (3,6%), Informação, Comunicação e Atividades Financeiras, Imobiliárias, Profissionais e Administrativas (3,5%) e Administração pública, defesa, seguridade social, educação, saúde humana e serviços sociais (4,1%).

Anatel prestes a julgar pleito da Starlink

da a 335 mil clientes no Brasil. Isso equivale a 60% do mercado de internet por satélite, o que faz da empresa a líder no segmento. A operadora trabalha com satélites de baixa órbita que fornecem internet de alta velocidade e baixa latência.

Em dezembro de 2023, a Starlink pediu autorização à Anatel para colocar em órbita mais 7,5 mil satélites de sua segunda geração, com uso de faixas de frequências nas bandas

Ka, Ku e E – esta última, até então, não utilizada para esse fim. Quase um ano depois, em novembro de 2024, a Superintendência de Outorga e Recursos à Prestação da Anatel propôs uma minuta do ato de direito de exploração para ser deliberado pelo conselho diretor, mas o texto não chegou a ser colocado em votação.

Neste mês, o relator do processo, conselheiro Alexandre Freire, pediu mais infor-

mações às áreas técnicas sobre temas como “soberania digital” e à “segurança de dados e riscos cibernéticos”.

Há possibilidade de a Starlink operar sem integração com redes nacionais, com roteamento direto do tráfego brasileiro via satélites, fora da jurisdição nacional.

Caso isso se confirme, a empresa fora da esfera de fiscalização da Anatel e da observância das normas brasileiras.